

Assim Sucaria, 480, em Barrinha/SP, mantida pelo Poder Público Estadual e administrada pela Secretaria de Estado da Educação.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino - Região de Sertãozinho, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SOROCABA

Portaria DRE-87, de 15-12-2016
<i>Dispõe sobre Aprovação de Novo Regimento Escolar</i>

O Dirigente Regional de Ensino, conforme o Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 29/2012, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, na Deliberação CEE 144/16, na Indicação CEE 149/2016 e na Indicação CEE 153/2016, à vista do Protocolado 5698/0084/2016, de 26-10-2016, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o Novo Regimento Escolar, com vigência a partir de janeiro de 2017, em substituição àquele aprovado pela Portaria da Dirigente Regional, de 22-12-2010, publicada no D.O. de 23-12-2010, da E.E. Prof. Wilson Ramos Brandão - código CIE 914.605 - Decreto de Criação 31.185/90, de 09-03-1991, Instalação - Resolução SE, de 9-3-1991 - situada à Rua José de Andrade, 200 - Parque Ouro Fino - Sorocaba - SP, mantida pelo Poder Público e jurisdicionada à Diretoria de Ensi- no - Região de Sorocaba.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino da Região de Sorocaba, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Portaria DRE-88, de 15-12-2016
O Dirigente Regional de Ensino, conforme o Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 29/2012, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, na Deliberação CEE 144/16, na Indicação CEE 149/2016 e na Indicação CEE 153/2016, à vista do Protocolado 5698/0084/2016, de 26-10-2016, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o Novo Regimento Escolar, com vigência a partir de janeiro de 2017, em substituição àquele aprovado pela Portaria da Dirigente Regional, de 22-12-2010, publicada no D.O. de 23-12-2010, da E.E. Prof. Dionysio Vieira - código CIE 919.925 - Decreto de Criação nº, de, Instalação - D.O. de - situada à Rua Sete, 51 - Bairro Jardim Santa Marina - Sorocaba - SP, mantida pelo Poder Público e jurisdicionada à Diretoria de Ensino - Região de Sorocaba.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino da Região de Sorocaba, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Portaria DRE-89, de 15-12-2016
O Dirigente Regional de Ensino, conforme o Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 29/2012, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, na Deliberação CEE 144/16, na Indicação CEE 149/2016 e na Indicação CEE 153/2016, à vista do Protocolado 5698/0084/2016, de 26-10-2016, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o Novo Regimento Escolar, com vigência a partir de janeiro de 2017, em substituição àquele aprovado pela Portaria da Dirigente Regional, de 22-12-2010, publicada no D.O. de 23-12-2010, da E.E. Prof. José Osório de Campos Maia e Almeida - código CIE 900.412 - Decreto de Criação 21.922, de 01-02-1984, Instalação - Resolução SE 78, de 30-03-1984, situada à Rua Terêncio Costa, s/nº - Parque Santa Isabel - Sorocaba - SP, mantida pelo Poder Público e jurisdiciona- da à Diretoria de Ensino - Região de Sorocaba.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino da Região de Sorocaba, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Portaria DRE-90, de 15-12-2016
O Dirigente Regional de Ensino, conforme o Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 29/2012, com fundamento na Deli-eração CEE 138/2016 na Deliberação CEE 144/16, na Indicação CEE 149/2016 e na Indicação CEE 153/2016, à vista do Processo 1428/0084/2004, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovada a alteração introduzida no Regimento Escolar do Centro Educacional Nova Geração, com vigência a partir de janeiro de 2017, situado à Rua Francisco Paulo Braion, 180, Bairro Jardim Guadalajara - Sorocaba - SP, mantido pelo Centro Educacional Nova Geração S.S. Ltda. - ME, CNPJ 05.145.161/0001-97.

Artigo 2º - A alteração de que trata esta Portaria refere-se ao artigo 33 e parágrafo 1º que passam a vigorar com a seguinte redação: Artigo 33 - Este Regimento passa a definir o Critério de Avaliação do Rendimento Escolar do Aluno por notas de 0 (zero) a 10 (dez), com uma escala graduada a cada 0,1 décimo. (...) Parágrafo 1º - Durante o Ciclo de Alfabetização (§ 1º do Inciso III do Artigo 30 da Res. CNE/CEB 07/2010, combinada com a Res. CEE 53/2014) não haverá retenção nas séries iniciais (1º a 3º Ano). Os registros serão realizados por meio de sínteses bimestrais e finais em cada disciplina e deverão identificar os alunos com rendimento satisfatório ou insatisfatório.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino da Região de Sorocaba, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 15-12-2016

Designando, conforme o Decreto 52.344, de 09-11-2007, que disciplina o Estágio Probatório dos integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e artº 3º, inciso I, da Res. SE 66, de 02-09-2008, que dispõe sobre as normas complementares ao referido Decreto para compor a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho - exercício de 2016 da Unidade Escolar abaixo relacionada, os seguintes servidores: E.E. Profª Wanda Costa Daher - Renato Moreira de Lima, RG 24.574.653-5 - Diretor de Escola - Maria das Graças Ferreira Brisola, RG 9.004.048 - Professor de Educação Básica II - José de Jesus Nogueira Rodrigues, RG 14.300.137-1 - Professor de Educação Básica II.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 15-12-2016

O Dirigente Regional de Ensino, com fundamento e obede- cidas às condições previstas na Resolução SE-23, de 18-4-2013, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizado (a) Rafael Kerche do Amaral, RG. 33.788.084-0, brasileiro (a), cargo/função Professor, com sede e exercício na E.M. Leda T. Borghesi Rodrigues, a ocupar as dependências da zeladoria da EE prof. Wilson Ramos Brandão, em, Sorocaba conforme Termo de Autorização de Uso que inte- gra o Processo 2127/0084/2016 e observadas as disposições da Resolução SE-23, de 18-4-2013.

Artigo 2º - As responsabilidades do ocupante da zeladoria estão estabelecidas em Termo de Compromisso devidamente assinado pelo Compromitente, pelo Diretor da Escola e pelo Dirigente Regional de Ensino.

Artigo 3º - O Diretor da EE Prof. Wilson Ramos Brandão zela- rá pelo cumprimento das obrigações do ocupante da zeladoria, adotando as medidas necessárias no caso de encaminhamento para desocupação.

Artigo 4º - A presente autorização tem validade por 2 (dois) anos.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO E.E. BRIGADEIRO TOBIAS

Portaria do Diretor, de 15-12-2016
Declarando Regularizada, com fundamento no item 3.1.1 da Indicação CEE 08/86 e nos termos da Deliberação CC 18/86, e Resolução SE 307/1986, a Vida Escolar de Vinicius dos Santos Siqueira, RA 101.311.693-8, referente aos estudos do 8º Ano do Ensino Fundamental, tendo em vista o princípio de falha administrativa, em conformidade com os itens 3.1.2 e 4.1 da Indicação CEE 18/86. (Proc. 2236/0084/2016). (Publicada novamente por conter incorreções.)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SUMARÉ

Portaria DRE-64, de 13-12-2016
<i>Dispõe sobre Encerramento de Curso de Ed. Especial Exclusiva – Ensino Fundamental 1º ao 5º Ano</i>

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região de Sumaré, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto 57.141/2011, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016 e demais normas vigentes, à vista do Ofício 25 – Encerramento do Curso, de 21-11-2016 e Ofício 26 – Encaminhamento dos alunos, de 07-12-2016, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica encerrado o Curso de Ensino Fundamen- tal – 1º ao 5º ano de Educação Especial Exclusiva no Núcleo Educacional e Terapêutico Vida em Movimento EIRELLI - EPP, sita à Rua Vitalino Ferro, 541, Santa Terezinha, no município de Paulínia, Estado de São Paulo, autorizado a funcionar pela Portaria do Dirigente Regional de Ensino datada de 01-02-2005, publicada no D.O. de 02-02-2005, mantido por Núcleo Educacional e Terapêutico Vida em Movimento Eirell - EPP, CNPJ 04.829.745/0001-00.

Artigo 2º - Caberá ao Estabelecimento de Ensino organizar e disponibilizar todo o acervo do curso à Diretoria de Ensino da Região de Sumaré.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino - Região de Sumaré, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

Portarias da Dirigente Regional de Ensino, de 15-12-2016

Homologando:

Curso de Atualização: “Tecnologia Educacional: a teoria na prática – 2ª edição” para Professores dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, gestores (Diretor, Vice-diretores, PCNP, Professor Mediador e Professor da Sala de Leitura) e demais integrantes do QM e do QSE, integrantes do quadro de funcionários correspondente às 67 escolas e à Dire- toria de Ensino da Região de Sumaré, autorizado pela Portaria da Coordenadora - Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Est. de São Paulo - Paulo Renato Costa Souza, de 07-07-2016, D.O. de 08-07-2016, seção I, p. 25 - no período de 02-08-2016 a 29-11-2016 - 30 horas - Sumaré – Diretoria de Ensino da Região de Sumaré;

Curso de Atualização: “Tecnologia Educacional: a teoria na prática II” para Professores dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, gestores (Diretor, Vice- diretores, PCNP, Professor Mediador e Professor da Sala de Leitura) e demais integrantes do QM e do QSE, integrantes do quadro de funcionários correspondente às 67 escolas e à Dire- toria de Ensino da Região de Sumaré, autorizado pela Portaria da Coordenadora - Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Est. de São Paulo - Paulo Renato Costa Souza, de 07-07-2016, D.O. de 08-07-2016, seção I, p. 25 - no período de 09-08-2016 a 06-12-2016 - 30 horas - Sumaré – Diretoria de Ensino da Região de Sumaré.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE TAQUARITINGA

Portaria DRE-351, de 15-12-2016
<i>Dispõe sobre Aprovação de Novo Regimento Escolar</i>

A Dirigente Regional de Ensino, com fundamento na Lei Federal 9394/96 e na Deliberação CEE 144/2016 e Indicação CEE 153/2016, e demais normas vigentes, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Ficam aprovados os novos Regimento Escolares das escolas estaduais, abaixo relacionadas e jurisdicionadas a DER/Taquaritinga:

Município de Borborema: EE Dom Gastão Liberal Pinto; EE Profª Leonilda Lopes Biasotto; EE Manoel Silveira Bueno.

Município de Cândido Rodrigues: EE Rizzieri Poletti.

Município de Dobrada: EE Profª Adreana Comar; EE Vereaa- dor Antonio Comar; EE Dr. Celso Barbieri.

Município de Fernando Prestes: EE Francisco Sales de Almeida Leite.

Município de Ibitinga: EE Prof. Angelo Martino; EE Prof. Josepha Maria de Oliveira Bersano; EE Dª Cacilda Caldas Cruz; EE Profª Iracema de Oliveira Carlos; EE Profª Lucy Salina Fer- nandes Gaion; EE Profª Maria Aparecida dos Santos Oliveira; EE Victor Maida.

Município de Itápolis: EE Dr. Antonio Moraes Barros; EE Prof. João Caetano da Rocha; EE Prof. Júlio Ascânio Mallet; EE Luciano Armentano; EE Profª Maria de Lourdes Gentille Stéfano; EE Prof. Nilton Roberto Próspero; EE Pedro Mascari; EE Prof. Sebastião Francisco Ferraz de Arruda; EE Profª Teófila Pinto de Camargo; EE Valentim Gentil.

Município de Pirangi: EE Maestro Villa Lobos.

Município de Santa Ernestina: EE Capitão Joel Miranda.

Município de Tabatinga: EE Abdalla Miguel; EE Prof. Fer- nando Brasil.

Município de Taquaritinga: EE 9 de Julho; EE Prof. Anibal do Prado e Silva; EE Profª Carmela Morano Previdelli; EE Profª Felícia Adelvais Pagliuso; EE Prof. Francisco da Silveira Coelho.

Município de Vista Alegre do Alto: EE Prof. Salvador Goglia- no Junior.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino da Região de Taquaritinga, responsável pela supervisão do Estabelecimento de Ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publi- cação, gerando seus efeitos a partir de 01-01-2017.

Portarias da Dirigente Regional de Ensino, de 15-12-2016

Autorizando a Lecionar, com fundamento na Lei Federal 9.394, Indicação CEE 53/2005, e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino, responsável pelo Colégio Oswaldo Bruschi em Itápolis:

Curso Técnico em Administração:

Richardi Wilson Barion Júnior, RG 48.864.898-1, na disci- plina de Contabilidade e Custos; Doralice Aparecida Nardini,

RG 14.139.562-X, nas disciplinas de Administração de Pessoal, Planejamento e Controle da Produção e Legislação e Direito; Luís Fernando da Silva, RG 41.279.869-4, nas disciplinas: Mate- mática Financeira e Estatística; Marlene Aparecida Brunaldi, RG 14.140.543, nas disciplinas Administração Financeira e Economia e Mercados; Rafael David Canova, RG 40.555.419-9, na disciplina Psicologia e Ética.

Curso Técnico em Enfermagem:

Ana Paula Zabalar, RG 30.559.063-7, na disciplina de Enfer- magem do trabalho Clínica Médica; Daiane de Gouvea Coletto, RG 47.403.354-5, nas disciplina de Clínica Cirúrgica; Noções de pacientes Graves, Estágio - Pediatría; Obstetrícia, Unidade de Terapia Intensiva e Clínica Médica; Francislaine Fabiana de Oli- veira, RG 32.698.455-0, nas disciplinas de Higiene e Profilaxia de Doenças, Noções de Saúde Pública, Microbiologia e Parasitolo- gia, Enfermagem Oncológica e Noções de Psiquiatria; Lucimara Daniela Bassoli, RG 26.765.701-8, nas disciplinas Gerontologia e Nutrição; Lucilene Denise Daniel, RG 40.283.875-0, nas discipli- nas de Enfermagem em Atendimento de Urgência e Emergência, Enfermagem em Centro Cirúrgico, Central de Material, Ética e Relações Interpessoais no Trabalho.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos no início do ano letivo de 2016;

Autorizando, de acordo com a Res. SE 102/2003, a repo- sição de aulas no dia 17-12-2016, na EE Prof. Francisco Silveira Coelho, em Taquaritinga.

Ensino Fundamental
Língua Portuguesa: 6ºB-1, 7ºB-1, 7ºC-2 - total: 4 aulas.
Arte: 6ºC-1, 7ºB -1- total: 2 aulas.
Educação Física: 6ºB-1, 6ºC-2, 7ºB-1, 7ºC-4, 9ºB-1, 9ºC-1 -total: 10 aulas.
Matemática: 6ºB-2, 6ºC-1, 7ºC-4, 8ºB-4, 8ºC-2, 9º-1, 9ºC- total: 16 aulas.
História: 6ºC-1, 7ºB-1, 8ºA-1, 8ºB-2, 8ºC-1, 9ºC-2 - total: 8 aulas.
Ensino Médio:
Educação Física: 1ºB-2, 2ºB-1, 3ºA-2, 3ºB-2: total; 7 aulas.
História: 1ºA-1, 1ºB-1: total: 2 aulas.
Sociologia: 1ºA-1 total: 1 aula.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE TAUBATÉ

Portaria DRE-50, de 15-12-2016
O Dirigente Regional de Ensino, da Diretoria de Ensino da Região de Taubaté, com Fundamento na Lei 9.394/1996, Deli-eração CEE 10/1997, Indicação CEE 13/1997, Deliberação CEE 138/2016, Deliberação CEE 144/2016, Indicação CEE 149/2016 e, à vista do protocolo, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o Novo Regimento da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Edna Regina de Oliveira e Silva, Código CIE: 274.689, criada pelo Decreto Municipal 555, de 06-08-2001 e Decreto Estadual 43.072/98, em decorrência do Convênio de Ação de Parceria Educacional Estado/Município, situada na Travessa da Avenida Nove de Julho, 60, Centro, em Redenção da Serra, Estado São Paulo, CEP: 12.170.000, área jurisdicionada à Diretoria de Ensino da Região de Taubaté.

Parágrafo único – o estabelecimento de ensino oferece a Educação Infantil (1.º e 2.º Etapa da Pré-escola), para ingresso de alunos com 04 anos completos ou a completar até data prevista em legislação específica em vigor; Ensino Fundamental de Nove Anos – Anos Iniciais (1.º ao 5º ano), para ingresso de alunos com 06 anos completos ou a completar até data prevista em legislação específica em vigor; Educação de Jovens e Adultos – E.J.A. (Termos I e II dos Anos Iniciais), para alunos com idade igual ou superior a 15 (quinze) anos e, nos termos da legislação específica.

Artigo 2º - Fica revogado o Regimento Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental “Profes- sora Edna Regina de Oliveira e Silva”, aprovado por Portaria do Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino de Taubaté 41, de 08-02-2007, publicado no D.O. de 04-05-2007, Seção I, Página 26.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino - Região de Taubaté, responsável pela supervisão da Escola, zelará pelo fiel cum- primento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos legais a partir do ano letivo de 2017.

Portarias do Dirigente Regional de Ensino, de 15-12-2016

Homologando:

à vista do Parecer do Supervisor de Ensino, o Anexo do Plano de Gestão vigência 2013 da Unidade Escolar jurisdiona- da nesta Diretoria de Ensino.

Natividade da Serra – EE Bairro da Vargem Grande;

à vista do Parecer do Supervisor de Ensino, os Anexos dos Planos de Gestão vigência 2016 das Unidades Escolares jurisd- cionada nesta Diretoria de Ensino.

São Luiz do Paraitinga – Municipal – EMEIEF. Professora Maria Vitoria de Campos Azevedo.

Taubaté – Particular – Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Dinâmica Alice Nader Zarzur; Escola de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio São Luís LTDA – EPP; Educandário Madre Paulina.

Taubaté – Municipal – EMIEF Professor Ernesto de Oliveira Filho; EMEF.Professor Walter Thaumaturgo.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE VOTUPORANGA

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 15-12-2016

Autorizando, nos termos de Decreto 47.685-2003, obede- cidas as condições previstas na Resolução SE-23/2013, a ocupa- ção das dependências da zeladoria da E.E PROF. NELSON ALVES TREMURA, cito no município de PAULO DE FARIA, jurisdicionada a Diretoria de Ensino, o Sr. PEDRO HENRIQUE AQUINO DA SILVA, RG. 46.221.340-7, cargo de AGENTE DE ORGANIZAÇÃO ESCO- LAR, designado GERENTE DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR, com exercício na EE PROF. NELSON ALVES TREMURA, com Unidade Administrativa de Classificação na EE DE NOVA LUZITÂNIA. Esta autorização terá validade por 2 (dois) anos a partir de sua publicação. (Processo 0746/0090/2016).

COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Instrução CGRH-2, de 15-12-2016

Dispõe sobre a posse e o exercício de candida- tos nomeados para cargo efetivo de Professor Educação Básica II – PEB II, do Quadro do Magistério

A Coordenadora de Gestão de Recursos Humanos da Secre- taria de Estado da Educação, visando uniformizar procedimentos relativos à posse e ao exercício de candidatos nomeados para cargo efetivo de Professor Educação Básica II - PEB II, do Quadro do Magistério, expede a presente instrução:

I - Compete ao superior imediato dar posse e exercício ao ingressante, observando os requisitos estabelecidos no artigo 47 da Lei 10.261/1968, com alterações dadas pela Lei Comple- mentar 1.123/2010.

II – A posse do ingressante deverá ocorrer no prazo de 30 dias, contados sequencialmente da data da publicação do ato de nomeação, conforme dispõe o artigo 52 da Lei 10.261/1968, observando que:

a) o prazo inicial para posse poderá ser prorrogado por 30 dias, de acordo com o disposto no § 1º do artigo 52 da Lei 10.261/1968, mediante requerimento prévio do nomeado, devendo o deferimento pelo superior imediato ser publicado em Diário Oficial do Estado.

b) a contagem dos 30 dias de prorrogação será computada imediatamente ao 30º dia do prazo inicial de posse, sem qual- quer interrupção.

c) caso o último dia da posse recair no sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo, a posse dar-se-á no dia útil sub- sequente.

III - O prazo inicial para a posse do nomeado que, na data de publicação do ato de nomeação, encontrar-se em férias ou em licença, a qualquer título, será contado a partir do dia ime- diatamente posterior ao do término do afastamento, conforme dispõe o § 2º do artigo 52 da Lei 10.261/1968.

IV - A licença, a que se refere o inciso III, é exclusivamente a que estiver em curso, mesmo que o nomeado venha solicitar nova licença, em sequência.

V – A ingressante que é titular de cargo ou ocupante de função-atividade, e, se encontrar em licença-gestante na data de publicação do ato de nomeação, deverá usufruir esse benefício integralmente no vínculo existente, exceto as contratadas nos termos da Lei Complementar 1.093/2009.

VI - As ingressantes sem qualquer vínculo funcional com a rede estadual ou as docentes que atuam com contratadas, nos termos da Lei Complementar 1.093/2009, que, no momento do exercício, tenham filhos nascidos a menos de 180 (cento e oitenta) dias, deverão tomar posse de acordo com o inciso II e, ao entrar em exercício, poderão requerer o saldo do período correspondente a licença-gestante, mediante apresentação da certidão de nascimento.

VII – A critério do Departamento de Perícias Médicas do Estado, o cômputo da contagem do prazo de posse, inicial ou em prorrogação, poderá ser suspenso por período de até 120 (cento e vinte) dias, conforme o disposto no artigo 53 da Lei 10.261/1968, com alterações dadas pela Lei Complementar 1.123/2010, devendo:

a) iniciar-se-á a referida suspensão na data da publicação da mesma, em Diário Oficial do Estado;

b) a suspensão será encerrada na data da expedição do Certificado de Sanidade e Capacidade Física (Laudo Médico) ou ao término do período de suspensão pelo referido órgão médico;

c) após o encerramento da suspensão do prazo de posse, dar-se-á sequência na contagem de tempo prevista para a posse e exercício, nos termos do inciso II, da presente Instrução.

VIII - Caberá ao ingressante o acompanhamento das publi- cações, em Diário Oficial do Estado, dos atos expedidos pelo órgão médico competente.

IX - No ato da posse do cargo, o ingressante deverá efetuar declaração expressa, de próprio punho, informando se possui, ou não, outro cargo ou função-atividade, no âmbito do serviço público federal, estadual, municipal ou, ainda, em autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indire- tamente pelo Poder Público, inclusive para os que apresentam a condição de aposentado.

X - Para tomar posse, o nomeado deverá apresentar ao superior imediato os seguintes documentos, em vias originais e cópias:

- Documento oficial de identificação (RG);
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Documento de inscrição no PIS ou PASEP, se possuir;
- Título de eleitor e prova de que votou na última eleição ou de que pagou a respectiva multa ou, ainda, de que se justifi- cou perante a Justiça Eleitoral, ou Certidão de Quitação Eleitoral;
- Diploma devidamente registrado por órgão de competên- cia, comprovando a habilitação para a investidura no cargo, rigo- rosamente de acordo com as Instruções Especiais do concurso correspondente, acompanhado do respectivo histórico escolar;
- Certificado de Sanidade e Capacidade Física (laudo médico) declarando-o apto ao exercício do cargo, expedido pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME), conforme artigo 7º do Decreto 29.180/1988 ou Cópia impressa da publi- cação da Decisão Final da inspeção médica proferida pelo DPME no Diário Oficial do Estado, onde constam: nome do candidato nomeado, o número do Registro Geral (RG), o cargo público para o qual o candidato foi nomeado, o número do Certificado de Sanidade e Capacidade Física (CSCF) e o resultado “APTO”;
- Se pai ou mãe de criança em idade escolar (até 14 anos), apresentar comprovação de que a mesma está matriculada em estabelecimento de ensino;
- Atestado de antecedentes criminais (Federal e Estadual) relativo aos últimos cinco anos;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações mili- tares, estando isento da apresentação o ingressante que no momento da posse se encontre no ano civil subsequente ao que tenha completado 45 anos;

10. Declaração, de próprio punho, de boa conduta e de não ter sofrido penalidades, dentre as previstas nos incisos IV, V e VI do artigo 251 da Lei 10.261/1968, ou nos §§ 1º e 2º do artigo 35 e no artigo 36 da Lei 500/1974 nos últimos 5 anos, com relação à demissão, cassação de aposentadoria por equivalência ou dispensa, e nos últimos 10 (dez) anos, quando se tratar de demissão a bem do serviço público, cassação de aposentadoria por equivalência, ou dispensa a bem do serviço público;

11. Declaração firmada pelo nomeado de que percebe (ou não) proventos de inatividade, seja pela União, por Estado ou por Município;

12. Declaração de ciência do prazo para inclusão de agre- gados como beneficiários do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, nos termos do Anexo da Instrução UCRH-3, de 24-4-2014.

XI - Poderá ocorrer a posse por procuração, exclusivamente, no caso de o ingressante ser funcionário público e se encontrar ausente do Estado, em missão do Governo.

XII - Cumpre ao superior imediato, sob pena de responsabi- lidade, verificar se todas as condições legalmente estabelecidas para a investidura em cargo foram satisfeitas, inclusive com refe- rência a grau de parentesco, de acordo com a Súmula Vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal.

XIII - O termo de posse deverá ser lavrado em livro próprio, assinado pelo nomeado e pelo superior imediato, que abrirá o prontuário do ingressante, com toda a documentação pertinente.